


 <i>"Quão Dificil Nos Temos Movido"</i>	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 10/09 24 de Abril de 2009	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small>
	Construir Abril, Sempre!	

Nota positiva para a Marinha que, embora com assinalável atraso, finalmente publicou as listas ordenadas dos primeiros-sargentos, respeitando o decreto-lei 299/97, permitindo ao universo abrangido o reembolso de muitos milhares de euros que são devidos, nalguns casos desde Janeiro de 2007.

Recordamos que este decreto-lei foi publicado na sequência do decreto-lei 80/95, ambos fruto da luta empenhada da classe dos Sargentos de Portugal, à custa de 13 processos disciplinares, originando 5 dias de prisão disciplinar agravada, 27 dias de detenção, 1 repreensão agravada e cerca de 80 advertências disciplinares e dezenas de transferências compulsivas.

Já o Governo presidido pelo cidadão José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa merece nota negativa pelo facto de ainda não ter aprovado a Portaria enquadrando a missão de mais de 200 homens na costa da Somália no arriscado combate à Pirataria Marítima, bem como Portarias idênticas e necessárias para as várias e repetidas missões que decorrem no teatro de operações do Afeganistão.

Negativa também pelo incumprimento – não publicação – dos despachos de promoção de reconstituição de carreira (Lei 43/99) relativamente a muitos camaradas Sargentos que há mais de oito anos aguardam por este reconhecimento.

Negativa ainda pela forma com que prossegue a liquidação destas Forças Armadas, colocando em hasta pública parte do vasto património público militar.

Na mesma linha liquidatária agrava a nossa preocupação a proposta de Lei de RDM do XVII Governo Constitucional, em apreciação na Assembleia da República, e que, segundo a imprensa, a Comissão de Defesa se prepara para submeter a Plenário sem mais audições.

Dada a contestação e as objecções apresentadas pelas associações socioprofissionais e várias entidades militares, entre as quais os próprios Chefes de Estado Maior, esperava-se que aquela Comissão Parlamentar procedesse a uma segunda ronda de audições para, mais ponderadamente, poder pronunciar-se sobre tão delicada e vital matéria – infelizmente para a própria disciplina e para a operacionalidade qualificada assim não sucederá.

A ANS exorta todos os militares a estudarem e reflectirem sobre os pareceres apresentados pelas respectivas associações auditadas, para que compreendam o alcance do recuo civilizacional e operacional que representa a aprovação daquela proposta, sem ter em conta as propostas de alteração apresentadas.

A história ensina-nos que quando a maioria dos militares se unem como um só, a ignomínia cede, os planos liquidatários fracassam e a razão vence: assim será também desta feita!

É com este espírito que amanhã, dia 25 de Abril, a partir das 15h00, iremos desfilar na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Mantemo-nos atentos e Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

Hoje como nos 20 anos de existência na Defesa da Dignidade e da Condição Militar!

A Direcção
Lisboa, 24 de Abril de 2009